



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE ESTUDOS EM DIREITO E SOCIEDADE  
EDITAL 01/2023

**Curso de Especialização em Direitos Humanos**

IEDS

Número de inscrição ou RG do(a) Candidato(a):

Data: 18/10/2023

Orientações gerais:

1. A resolução dessa prova é individual e terá duração de até 04 (quatro) horas.
2. As questões devem observar o limite de lauda (até 1 ou 2 laudas), conforme cada comando.
3. O candidato deve se identificar com número de inscrição ou RG, sendo neste caso o mesmo fornecido no formulário de inscrição, no canto esquerdo superior da primeira folha de resposta.
4. A folha de resposta da prova escrita não poderá ser identificada com nome ou qualquer outro meio que permita identificar o candidato, exceto por seu número de inscrição ou RG. Qualquer tentativa de identificação do(a) candidato(a) nas folhas de resposta implicará em sua imediata desclassificação.
5. Não é possível consulta a qualquer material além do fornecido pelos avaliadores e não é permitido o uso de corretivo ou qualquer outro tipo de apagador. Rasuras deverão ser colocadas entre parênteses e riscadas com um traço.
6. Cada questão deve ser identificada no canto esquerdo da primeira linha da folha de resposta. Exemplo: Questão 1; ou 1).
7. Pontuação das questões: as questões 1); 2) e 3) equivalem até 2,0 pontos cada, a questão 4 equivale até 2,5 pontos e a questão 5) equivale até 1,5 pontos.
8. Ao final da prova, o(a) candidato(a) deve devolver todo material que lhe foi entregue.

**Prova escrita**

1. A partir do texto “História conceitual dos direitos humanos”, disserte acerca dos direitos de liberdade na perspectiva de construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

**Limite:** até 1 lauda

**Gabarito:**

- Jusnaturalismo moderno é o fundamento filosófico-jurídico dos direitos humanos.
- Modelo jusnaturalista para Bobbio: individualismo, estado de natureza, leis da natureza eterna e imutáveis, pacto social, estado, direitos naturais e tolerância.
- Revoluções burguesas relacionadas ao direito de liberdade: Revolução Gloriosa (Inglaterra), Declaração de Direitos do Estado da Virgínia (EUA), Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França).

2. Considerando o texto “Responsabilidade do Estado na Efetivação dos Direitos Sociais: Uma Perspectiva Pós-Pandemia Através da Teoria da Justiça de Rawls”, discorra sobre a responsabilidade do Estado na concretização dos direitos sociais, abordando o mínimo existencial e a escassez de recursos públicos.

**Limite:** até 1 lauda

**Gabarito:**

- Direitos sociais como Direitos prestacionais, rol da CF de direitos sociais - art. 6, CF
- Direitos sociais de pessoas em vulnerabilidade
- Mínimo existencial: conceito e implicações em relação à competência constitucional de arrecadar
- Reserva do possível
- Pelo princípio da diferença, os menos afortunados devem ter prioridade no acesso aos recursos públicos, análise de indicadores

3. No artigo de sua autoria denominado “Pensando como um Negro: Ensaio de Hermenêutica Jurídica”, Adilson Moreira diferencia duas “posições interpretativas” que podem ser adotadas pelo sujeito - seja ele(a) pessoa branca ou negra - quando da interpretação/aplicação do direito. A primeira, associada ao discurso dominante, é a posição do(a) jurista que pensa como um branco. A segunda, contra-hegemônica, é a posição do jurista que pensa como um negro. Diferencie as duas posições interpretativas. Para tanto, elabore um texto dissertativo que aborde as concepções distintas de cada posição interpretativa a respeito dos seguintes pontos:
- a) Processo de interpretação do direito;
  - b) Princípio da igualdade;
  - c) Relações raciais no Brasil;
  - d) Discriminação e ações afirmativas.

**Limite:** até 1 lauda

Padrão de Resposta	Posições Interpretativas	
	Jurista que Pensa como um Branco	Jurista que Pensa como um Negro
Processo de Interpretação do Direito	Formalismo, Objetividade, Neutralidade, Sujeito Abstrato, Sentido Objetivo da Lei, Direito Independente da Política, Critérios Racionais, Lógica Interna	Não há Objetividade, Parcialidade, Sujeito Concreto, Direito Dependente da Política, Critérios Políticos, Experiência e Interesses do Grupo Social a que pertence o Intérprete
Princípio da Igualdade	Igualdade Formal, Simétrica, Procedimental, Jurídica	Igualdade Material, de <i>Status</i> , Relacional, Emancipação, Transformação Social
Relações Raciais no Brasil	Democracia Racial, Miscigenação, Humanismo Racial Brasileiro	Dominação Racial Branca
Discriminação e Ações Afirmativas	Discriminação Direta, Comportamental. Ações Afirmativas Inconstitucionais	Discriminação Institucional, Estrutural e Sistêmica. Ações Afirmativas Constitucionais.

4. Tendo como base o texto “Controle de Convencionalidade, Teoria do Duplo Controle e o Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos: Avanços e Desafios” e considerando a expansão do Direito Internacional, discorra sobre o diálogo das Cortes (incluindo os requisitos para ser efetivo), o controle de convencionalidade (conceito, efeitos, subcategorias) e a teoria do duplo controle.

**Limite:** até 2 laudas

**Gabarito:**

- Expansão qualitativa e quantitativa de tratados
- Cumprir o art. 5º, § 2º da CF/88
- Diálogo entre as Cortes - abertura e convergências entre as decisões nacionais e internacionais
- “Diálogo” efetivo: 1) menção à existência de dispositivos internacionais convencionais ou extraconvencionais vinculantes ao Brasil sobre o tema; 2) menção à existência de caso internacional contra o Brasil sobre o objeto da lide e as consequências reconhecidas pelo Tribunal nacional; 3) menção à existência de jurisprudência anterior sobre o objeto da lide de órgãos internacionais aptos a emitir decisões vinculantes ao Brasil; 4) peso dado aos dispositivos e à jurisprudência internacionais
- Controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos (comissivos ou omissivos) em face das normas internacionais

5. A partir do texto “Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas”, em que se discute o racismo contra os povos indígenas no Brasil, discorra sobre as frentes de combate ao racismo.

**Limite:** até 1 lauda

**Gabarito:**

Reconhecer e falar a respeito dessas experiências para estratégias concretas de uma luta que seja indígena e antirracista.

Alçar as vítimas desse processo à condição de autores e protagonistas de suas narrativas - a presença e a voz desses sujeitos racializados.

Avaliação e acompanhamento dos caminhos percorridos pelos processos de denúncia formalmente registrados como racismo

Capacitação de profissionais que reconheçam a existência do racismo e que sejam sensíveis a esse problema